

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

DEZEMBRO/2020



Conteúdo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Objeto, Sede e Duração

A Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade empresária, sob a forma de sociedade limitada, tem por objeto social a produção e comercialização de energia térmica a partir de biomassa, e/ou de outras fontes alternativas de energia, e ainda de pequenas centrais hidroelétricas - PCH, bem como a comercialização de açúcar, a exploração de madeira, a indústria e comércio de produtos agro-pecuários, a prestação de serviços de transporte e o arrendamento de bens móveis e imóveis.

A Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente e tem o prazo de duração indeterminado.

A Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. tem a sede social no Engenho Genipapo, s/nº, zona rural, município de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.

A sociedade tem prazo de duração indeterminado, não podendo ser dissolvida nos 10 (dez) primeiros anos, contados da data do contrato, salvo por deliberação de quotistas que representem mais de 4/5 (quarto quintos) do capital social.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais.

A Companhia apresentava em seus registros contábeis, na data de 31 de dezembro de 2017, uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 6.108.846 e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.559.373 e não apresenta projeção de

caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações e para manutenção de suas atividades operacionais e encontra-se em recuperação judicial. A Companhia foi incluída no processo de recuperação judicial por fazer parte do Grupo Cruangi.

1.3. Recuperação judicial

A Usina Cruangi S/A ajuizou ação de recuperação judicial em 22 de fevereiro de 2013, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Timbaúba - PE, onde recebeu o nº 0000282-61.2013.8.17.1480. A ação foi ajuizada em nome do Grupo Econômico composto pelas sociedades Usina Cruangi S/A, Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda., Palma Santa Administração S.A., Negocial de Administração Ltda., Goiana Participações Ltda. e Cruangi Neem do Brasil Ltda. Em 04 de novembro de 2014 houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. Na data de 07 de novembro de 2014 realizou-se a Assembleia Geral de Credores, cujo plano foi devidamente aprovado pela maioria dos credores. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 05 de março de 2013, em decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005. O plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo Universal, cuja sentença foi publicada em 28 de março de 2015, concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Cruangi.

As ações do plano de recuperação podem se assim destacadas:

- a) Arrendamento de ativos - Poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do plano de recuperação;
- b) Alienação de ativos e Unidades Produtivas Isoladas (UPI);
- c) Terceirização da produção de açúcar e etanol;
- d) Reorganização societária e associações;
- e) Reestruturação operacional - Possibilidade de novas oportunidades de negócios;
- f) Reorganização administrativa e adoção de práticas de governança corporativa;

- g) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas de seus devedores; e
- h) Novação da dívida do passivo, equalização dos encargos financeiros e outras avenças.

A gestão do GRUPO CRUANGI direcionará todos os esforços para recuperar-se economicamente e financeiramente; bem como, no posicionamento de mercado, visando potencializar suas atividades através da manutenção ou restabelecimento das relações comerciais com os fornecedores da Companhia.

Para compatibilizar o valor da dívida com a capacidade de geração de caixa, será necessário um deságio sobre os créditos inscritos na relação geral de credores; bem como, concessão de carência e parcelamento dos pagamentos.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referem-se a uma entidade individual e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para a emissão pela Administração da Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. em 18 de dezembro de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros com depósitos e aplicações financeiras inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado), quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha do direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, impostos e contribuições a recolher, fornecedores e outras contas a pagar com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Quotas de capital - são classificadas como patrimônio líquido.

2.3.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

Ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confortável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O custo estimado do item de um equipamento que deva ser substituído anualmente pelo contabilizado como um componente dos custos do equipamento e depreciação durante período seguinte. Os custos de manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva, ou ampliam sua vida útil, ou ainda não introduzam aprimoramentos técnicos aos equipamentos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As quotas de depreciação dos bens reavaliados vêm sendo calculadas com base nas taxas de depreciação determinadas pela nova vida útil dos bens.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Benfeitorias em terrenos 25 anos
- Instalações diversas 10 anos
- Máquinas e implementos agrícolas 5 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Veículos 5 anos

2.3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.6. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre contrato de financiamento e empréstimos e despesas bancárias. Custos de empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.3.7. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos c/ movimento	763	563.416
Aplicações financeiras	54.272	93.978
	55.035	657.394

Em 31 de dezembro de 2017, parte do saldo de bancos conta movimento e aplicações financeiras corresponde a recursos da controladora Usina Cruangi S/A, cuja contrapartida é a conta de obrigações com partes relacionadas, registrada no passivo não circulante.

Nota 4 - Adiantamento a fornecedores e outros

	2017	2016
Veneza Diesel	65.874	65.874
	65.874	65.874

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos adiantamentos a clientes é remanescente de exercícios anteriores.

Nota 5 - Impostos a recuperar

	2017	2016
Imposto de renda	73.903	73.903
ICMS	153.365	153.365
IPI	55.033	55.033
	282.301	282.301

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos impostos a recuperar são remanescentes de exercícios anteriores.

Nota 6 - Partes relacionadas

	Saldo em 31/12/2016	Líquido das Adições/Baixas	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017
Ativo Não Circulante				
Contas a receber de acionistas/diretores:				
Dulce Maria Gueiros Leite (a)	193.657			193.657
Fernando Queiroz Filho (a)	193.657			193.657
Cláudia Maria Queiroz Chaves (a)	48.414			48.414
Patrícia Maria Queiroz Chaves (a)	48.414			48.414
Carla Maria Queiroz Chaves (a)	48.414			48.414
Daniela Maria Queiroz Chaves (a)	48.414			48.414
Maria da Conceição Queiroz Rio (a)	96.828			96.828
José Cândido Rio Filho (a)	96.828			96.828
	774.626			774.626
Passivo Não Circulante				
Contas a pagar com pessoas ligadas:				
Usina Cruangi S/A (b)	6.829.151	27.079		6.856.230
Usina Maravilhas S/A (c)	29.659			29.659
Usina Cruangi S/A (d)	88.036	(36.878)		51.158
	6.946.846	(9.799)		6.937.047

- a) No exercício de 2010, ocorreu a saída de um dos sócios do Grupo Cruangi. Em contrapartida de seus haveres, foi negociada a entrega de um imóvel da Companhia, denominado Engenho Góis, situado no situado no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco. A negociação foi formalizada mediante Escritura Pública de venda e compra do Engenho Góis, registrada em 30 de novembro de 2010. O valor da alienação do imóvel foi de R\$ 774.626, o qual foi integralmente pago mediante o endosso, em favor da Companhia, de notas promissórias emitidas em 30 de novembro de 2010 pelos diretores da Companhia, com vencimento contra apresentação. Apesar da operação ter sido realizada em 2010, o registro contábil ocorreu somente no exercício de 2012. Até a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis, o valor ainda não havia sido recebido.
- b) A Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. é controlada pela Usina Cruangi S/A que detém 91,61% das quotas do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo está representado por contrato de mútuo com a Usina Cruangi S/A. A Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. não mantém controle sobre o contrato de mútuo.

- c) O pessoal-chave da administração da Usina Maravilhas S/A são acionistas controladores da empresa Negocial de Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial, que por sua vez controla a Usina Cruangi S/A - Em Recuperação Judicial. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo com a parte relacionada Usina Maravilhas S/A é oriundo de exercícios anteriores.
- d) No decorrer do exercício de 2017, a Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda. movimentou recursos provenientes das atividades operacionais da Usina Cruangi S/A. A contrapartida da conta de obrigações com partes relacionadas, estão registradas em bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Nota 7 - Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Aquisição do Período	2017			2016	
				Baixa/ Transferência	Depreciação do Período	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos e propriedades	-	4.118.742					4.118.742	4.118.742
Benfeitorias em terrenos	4%	531.067			(21.244)	(106.220)	424.847	446.091
Equipamentos, máq. instalações	10%	589.501			(117.900)	(589.500)	1	117.901
Veículos	20%	1.895.976			(322.485)	(1.895.976)	-	322.485
Móveis e utensílios	10%	11.766			(1.177)	(5.883)	5.883	7.060
		7.147.052			(462.806)	(2.597.579)	4.549.473	5.012.279

- b) Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia apurou os efeitos do custo atribuído com base em laudo de avaliação de empresa especializada elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais. Acontece que, o registro contábil do ajuste a avaliação patrimonial somente ocorreu em 31 de abril de 2010, onde a contrapartida foi a conta de reajuste de custos de mercado, no patrimônio líquido. Ademais, o valor de R\$ 446.248, correspondente aos imóveis (i) Engenho Sirigí; (ii) Engenho Marimbondo; (iii) Engenho Falcão; (iv) Engenho São João; e (v) Sítio Nossa Senhora do Ó; estava registrado indevidamente na conta de adiantamento a fornecedores e outros, no ativo circulante. Por esse valor não ter sido considerado na data da avaliação patrimonial, o registro do custo atribuído provocou um aumento indevido no ativo imobilizado no montante de R\$ 446.248, cuja contrapartida foi o patrimônio líquido.
- c) A Companhia não possui um sistema de gestão patrimonial para controlar os bens móveis e imóveis.
- d) No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários de Usina Cruangi S/A, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis da Usina Cruangi S/A e demais empresas que compõem o Grupo Cruangi, dentre elas a Companhia.

Nota 8 - Empréstimos e financiamentos

	2017	2016
Banco ADN AMRA REAL S/A	4.848	4.848
Bic Safra S/A	83.959	83.959
	88.807	88.807
Passivo circulante	88.807	88.807
Passivo não circulante	-	-
Total	88.807	88.807

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos empréstimos e financiamentos são remanescentes de exercícios anteriores.

Nota 9 - Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
FGTS a recolher	2.446	2.446
ISS a recolher	15.795	15.795
PIS a recolher		2.457
COFINS a recolher		11.320
ITR - Imposto s/ propriedade territorial	10	20
DNPM-THA Taxa anual hectare		2.321
	18.251	34.359

Em 31 de dezembro de 2017, a maior parte dos saldos são remanescentes de exercícios anteriores.

Nota 10 - Consórcios a pagar

	2017	2016
Consórcio COIMEX cota 342	33.050	33.050
Consórcio COIMEX cota 310	37.498	37.498
Consórcio COIMEX cota 193	52.641	52.641
Consórcio COIMEX cota 194	24.790	24.790
	147.979	147.979

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos consórcios a pagar são remanescentes de exercícios anteriores.

Nota 11 - Parcelamento tributário

	2017	2016
Refis Cód. 4737 - Não Previdenciário PGFN (a)	64.352	73.765
Refis Cód. 4720 - Não Previdenciário PGFN (a)	3.901	6.131
Parcelamento PERT - Cód. 1734 DD PGFN (b)	14.474	
Parcelamento TAH-DNPM PB 946.169/2017(c)	7.190	
	89.917	79.896
Passivo circulante	27.726	11.643
Passivo não circulante	62.191	68.253
Total	89.917	79.896

- a) No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais, incluindo no parcelamento os débitos previdenciários e não previdenciários constantes na Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- b) No exercício de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PART), junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

- c) No exercício de 2017, a Companhia também aderiu ao parcelamento junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), processo nº 946.169/2017.

Nota 12 - Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 259.920 integralmente realizado, dividido em 3.420 (três mil quatrocentos e vinte) quotas, no valor nominal de R\$ 76.00 (setenta e seis reais) cada uma.

12.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta de reserva de capital no valor de R\$ 3.502, correspondente a correção monetária remanescentes de exercícios anteriores.

12.3. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de R\$ 4.649.255, corresponde Ajuste a avaliação patrimonial (custo atribuído “deemd cost”).

Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia reconheceu os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais.

No exercício de 2017, a Companhia realizou reservas de reavaliação no valor de R\$ 21.244 em decorrência da depreciação de ativos reavaliados.

12.4. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de R\$ 2.879, correspondente a reserva legal constituída em exercícios anteriores.

12.5. Destinação do lucro

Dos lucros apurados serão deduzidos: a) 10% (dez por cento) para formação de um fundo de reserva; b) 5% (cinco por cento) para a formação de um fundo destinado a substituição e renovação de equipamentos.

Feitas essas deduções os lucros ou prejuízos poderão ser partilhados entre os sócios, na exata proporção de suas quotas ou participação no capital social, podendo ficar em conta de lucros suspenso ou prejuízos a amortizar, se assim entenderem os quotistas.

Nota 13 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui práticas de gerenciamento de risco não formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nota 14 - Receita operacional líquida

	2017	2016
Locação de bens móveis e imóveis		7.378
Receita de venda de bananas	6.685	16.875
(-) Deduções dos serviços prestados		
PIS	(80)	(336)
COFINS	(367)	(1.550)
	6.238	22.367

Nota 15 - Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.631	6.212
Outras receitas	232	403
	4.863	6.615
Despesas financeiras		
Juros diversos	(9.134)	(2.818)
Despesas e comissões bancárias	(6.271)	(3.745)
Outras despesas financeiras		(156)
IOF	(1.188)	(2.896)
	(16.593)	(9.615)
	(11.730)	(3.000)

Nota 16 - Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Companhia não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência ou não da cobertura de seguros, a qual deve ser determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Nota 17 - Eventos subsequentes

A administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2017 até a data da autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, cujos principais fatos relevantes estão destacados a seguir:

17.1. Contingências passivas

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia solicitou dos assessores jurídicos, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos advogados contratados, a posição das ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais estavam demonstradas da seguinte forma:

- a) Ações tributárias: O prognóstico de perda possível estava estimado no montante de R\$ 68.246,67, correspondendo a 02 (duas) ações de execução fiscal, tendo como exequente a Fazenda Estadual de Pernambuco. As ações serão monitoradas e avaliadas pela Administração da Companhia, de acordo com os resultados dessas ações.
- b) Ações cíveis no TPJE: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, em 18 de dezembro de 2020, existiam ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0011829-05.2014.8.17.1480	Execução Fiscal - União	Em andamento
0000584-90.2013.8.17.1480	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	Em andamento
0002013-24.2015.8.17.1480	Pagamento	Em andamento
0001596-08.2014.8.17.1480	Execução Fiscal - SEFAZ	Suspensão por parcelamento
0000337-16.2019.8.17.3480	Execução Fiscal - SEFAZ	Em andamento
0022573-30.2013.8.17.0001	Compra e Venda; Indenização	Em andamento
0191480-02.2012.8.17.0001	Execução de Título Extrajudicial	Em andamento
0183339-91.2012.8.17.0001	Execução de Título Extrajudicial	Em andamento

0000724-31.2019.8.17.3480	Habilitação de Crédito	Em andamento
0000101-55.2016.8.17.1480	Habilitação de Crédito	Em andamento
0000102-40.2016.8.17.1480	Habilitação de Crédito	Em andamento
0001862-92.2014.8.17.1480	Execução de Título Extrajudicial	Em andamento
0190577-64.2012.8.17.0001	Execução de Título Extrajudicial	Em andamento
0000978-04.2019.8.17.3480	Indenização por dano moral/Obrigações de fazer	Em andamento
0000051-72.2018.8.17.3480	Execução Fiscal	Suspenso por parcelamento
0004805-16.2020.8.17.9000	Agravo de Instrumento	Em andamento
0012967-68.2018.8.17.9000	Concurso de credores	Em andamento
0012957-24.2018.8.17.9000	Recuperação Judicial	Em andamento
0007814-88.2017.8.17.9000	Recuperação Judicial	Em andamento
0001021-41.2015.8.17.0000	Recuperação Judicial	Em andamento
0003928-86.2015.8.17.0000	Recuperação Judicial	Em andamento
0005250-44.2015.8.17.0000	Recuperação Judicial	Em andamento

- c) Ações cíveis no TJES: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, em 18 de dezembro de 2020, existia ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0040705-52.2012.8.08.0024	Execução de Título Extrajudicial	Em andamento
0014220-68.2019.8.08.0024	Embargos à Execução	Julgado Improcedente

- d) Ação cautelar fiscal: No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das companhias que compõem o Grupo Cruangi. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, em 18 de dezembro de 2020, a ação ainda estava em andamento.

17.2. Recuperação judicial

Em 22 de maio de 2020, foi deferido pelo Juízo Universal o pleito das Recuperandas para homologar os negócios jurídicos de dação em pagamento firmados em cumprimento ao plano de recuperação judicial, ao passo que declarou ainda a inexistência de sucessão dos credores adquirentes nas obrigações das Recuperandas e dispensou a apresentação de certidões negativas de débitos para alienação e registro definitivo das dações em pagamento, nos termos do art. 60, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.